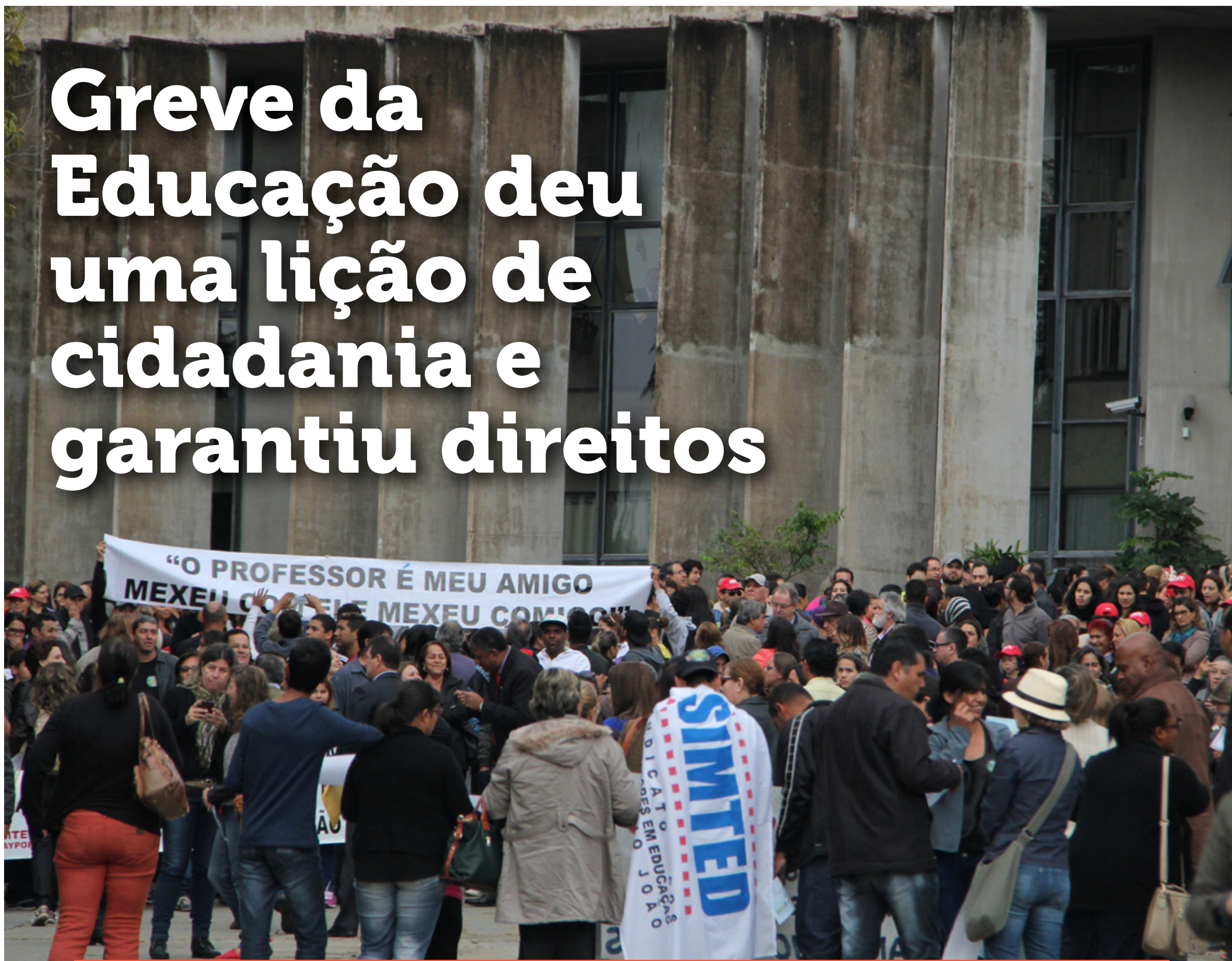


Greve da Educação deu uma lição de cidadania e garantiu direitos



Mais de 20 mil trabalhadores e trabalhadoras em Educação de Mato Grosso do Sul uniram-se em defesa da integralização do piso por 20h, do pagamento de 1/3 da hora-atividade, do reajuste salarial e outros direitos

//Palavra do presidente



Nosso dia a dia é feito de batalhas e conquistas!

Roberto Magno Botareli Cesar
Presidente da FETEMS

Passamos por uma greve intensa, que teve como principal objetivo preservar conquistas e avançar na valorização dos(as) professores(as) e dos(as) administrativos(as) em Educação. A manutenção de direitos após as negociações foi fundamental, pois corríamos o risco de o governo entrar com uma ação judicial e barrar a implantação da política salarial do piso por 20 horas.

Além disso, conseguimos legalizar a candidatura dos(as)

administrativos(as) da Educação, nas eleições para diretor escolar na Rede Estadual de Ensino.

A FETEMS reconhece que os administrativos e as administrativas são verdadeiros(as) educadores(as) que precisam ser reconhecidos(as) e valorizados(as). Por isso, diante do anúncio de reajuste zero para 2015 e da judicialização desse processo, que nos travou durante as negociações da greve, entramos com uma

ação para que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) reveja o parecer que considerou "adiantamento de reajuste" a correção salarial de dezembro de 2014.

Sabemos que ainda há muito para avançar, mas em comparação com o cenário nacional, Mato Grosso do Sul é o único estado brasileiro que conseguiu implementar uma política salarial que garante o reajuste do Piso Salarial Nacional em janeiro, como foi

este ano, mais um em outubro, equivalente à implantação do piso por 20 horas, que em 2015 será de 6,28%.

Além da questão salarial, outros pontos, como a prorrogação dos concursos, também devem ser levados em conta. O que realmente importa é que, para nós, da direção da FETEMS, a luta não termina com o fim da greve, nosso dia a dia é batalhar para garantir à categoria o que lhe é de direito!

Continua a luta por direitos dos administrativos e das administrativas da Educação

Diante do anúncio de reajuste zero para os(as) administrativos(as) em 2015 e da judicialização desse processo, que travou as negociações durante a greve (de 27 de maio a 5 junho), a FETEMS entrou com uma ação na Procuradoria-Geral do Estado (PGE), pedindo a revisão do parecer que considerou "adiantamento de reajuste" a correção salarial de dezembro de 2014.

A participação dos(as) administrativos(as) nas eleições para diretor nas escolas da Rede Estadual era uma das pautas de reivindicações da greve. O governo do Estado pretendia vetar a participação dos(as) administrativos(as) no



FETEMS propõe criação de um plano de valorização aos(as) administrativos(as)

pleito. Com a intervenção da FETEMS, o direito dos(as) administrativos(as) de participar das eleições continua preservado.

Outra questão que estamos reivindicando junto ao governo e debatemos durante o "Fórum Dialoga" é mudar a data-base do(a)

administrativo(a) para o mês de janeiro, com o objetivo de negociar o reajuste no mesmo período que o dos(as) professores(as) e, ainda, evitar que o reajuste desses profissionais seja feito apenas com intervalo 18 meses, conforme o parecer da PGE que a Federação vem tentando derrubar.

Nos dias 30 de junho e 13 de julho, em reunião com o governador Reinaldo Azambuja, a FETEMS falou da necessidade de discutir a criação de um plano de valorização para os funcionários da Educação. A proposta foi acatada, e logo a entidade começará a debater com o governo.

CONCURSOS E CONVOCAÇÕES

Durante as negociações da greve, a FETEMS conseguiu a prorrogação dos dois últimos concursos realizados em 2013. Dos professores, já foram chamados 482 profissionais, e em janeiro mais 500 devem ser convocados.

No dia 9 de julho, foram convocados 81 administrativos para assumir cargos efetivos na Secretaria de Educação (SED). Em novembro será publicada uma nova prorrogação, e mais administrativos(as) devem ser chamados(as).

A entidade está debatendo com o poder público a necessidade de novos concursos.

//Greve

Lei que garante a implantação do Piso por 20 horas já está aprovada e sancionada

Após a greve dos(as) educadores(as) da Rede Estadual de Ensino, a FETEMS acompanhou de perto o desenrolar das negociações, as quais foram acatadas pela categoria. No dia 14 de junho, a legislação que garante a implantação do Piso Salarial dos Professores por 20 horas, até 2021, foi publicada no Diário Oficial.

A legislação dá nova redação ao artigo 23 e acrescenta

dispositivos ao artigo 49, ambos da Lei Complementar nº 087/2000, que dispõe sobre o Estatuto da Educação Básica dos Profissionais da Educação de Mato Grosso do Sul. A partir de agora, os(as) professores(as) da Rede Estadual terão dois reajustes anuais: em janeiro, referente ao Piso Salarial Nacional, previsto pelo Ministério da Educação (MEC), e em outubro, para equiparar até 100% o valor da jornada por 20 horas.



Professores(as) da Rede Estadual terão dois reajustes anuais: em janeiro e em outubro

Além disso, ficou definido que os(as) professores(as) estavam em sala de aula no ano de 2013 receberam o valor referente a 1/3 de hora-atividade de a partir de janeiro de 2016.

Integralização do Piso

Em 2018, data inicialmente prevista na Lei nº 4.464/2013, faltará 13,11% para a integralização de 100% do piso por 20 horas. Outra questão importante é que os 4,37% referentes ao Piso Nacional correspondem a 6,28% de reajuste neste ano, levando-se em conta o salário de dezembro de 2014. Portanto, em 2015, o valor do reajuste acumulado dos professores será de 20,11%, embora a legislação atual estabeleça um índice de 25,42%. O governo concordou ainda com um dispositivo na lei que permite a revisão para a antecipação da integralização do piso.

Data	Porcentagem	Índice
Hoje	69,42%	-----
10/2015	73,78%	6,28%
10/2016	78,15%	5,92%
10/2017	82,52%	5,59%
10/2018	86,90%	5,30%
10/2019	91,26%	5,03%
10/2020	95,63%	4,79%
10/2021	100%	4,75%

Linha do tempo



1.



2.



3.



4.



5.

1. 22 de maio - Categoria entra em greve.

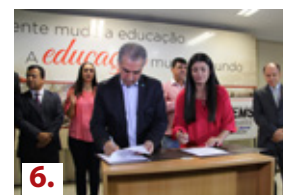
2. 23 de maio a 1º de junho - Várias mobilizações acontecem no interior e na capital, organizadas pelos sindicatos da Educação.

3. 23 de maio a 3 de junho - Durante todo esse período é realizado o Programa "Comando de Greve", ao vivo, na internet. A direção da FETEMS esclarece as dúvidas dos trabalhadores em Educação de todo o estado, em tempo real.

4. 2 de junho - Mesmo com chuva, mais de 20 mil trabalhadores e trabalhadoras em Educação comparecem em Campo Grande para ato público.

5. 3 de junho - Categoria acata proposta de negociação entre FETEMS, TJMS e governo. Fim da greve.

6. 30 de junho - Governador Reinaldo Azambuja e presidente da Assembleia Legislativa, Júnior Mochi, comparecem na FETEMS, assinando as legislações



6.



7.



8.



9.



10.

que preveem a implantação do piso por 20 horas e sobre a eleição de diretores na Rede Estadual de Ensino. Na ocasião, a direção da entidade entrega um documento e cobra do governo ações de valorização dos(as) administrativos(as) da Educação.

7. 8 de julho - Lei do piso por 20 horas é aprovada na Assembleia Legislativa.

8. 9 de julho - Após acordo com a FETEMS, governo chama e nomeia os novos professores concursados da Rede Estadual.

9. 13 de julho - FETEMS vai à Governadoria para sanção da lei do piso por 20 horas e da eleição para diretor. No mesmo ato, o governador autoriza a chamada de 81 funcionários administrativos aprovados no último concurso público, realizado em dezembro de 2013.

10. 14 de julho - Após luta da FETEMS, novos administrativos são nomeados.

Graças à FETEMS, eleição de diretores e diretoras continua sendo um processo democrático

No dia 14 de abril, a FETEMS realizou audiência pública na Assembleia Legislativa (AL) para debater a eleição de diretor(a) nas escolas da Rede Estadual de Ensino. Um mês depois, no dia 14 de maio, a FETEMS fez um dia de paralisação nas escolas estaduais, em protesto ao projeto de lei que vetava a participação dos(as) administrativos(as) nas eleições escolares.

Cerca de três mil trabalhadores compareceram à AL e protestaram contra o projeto de lei. O governo recusou e retirou o projeto da pauta de votação.

VEJA COMO FICOU O PROCESSO ELEITORAL NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL:

- Os alunos a partir da oitava série participam da escolha dos dirigentes escolares, o governo queria restringir por idade e isso seria um fator de exclusão. Portanto, valerá 50% dos votos da comunidade interna (professores e funcionários administrativos) e 50% da comunidade externa (pais e alunos).
- Todos os profissionais da educação básica, professores e administrativos em Educação, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87/2000, poderão participar e concorrer aos cargos de diretor e diretor adjunto. (A atual Secretaria de Educação do Estado queria limitar apenas aos professores o direito de disputa).
- A FETEMS foi totalmente contrária à proposta do Poder Executivo, que tentou restringir o número de unidades escolares que teriam seus dirigentes escolares eleitos pela comunidade e conseguiu manter o processo de eleições diretas nas Escolas de Tempo Integral, nas Escolas Indígenas e nas escolas com alunos que possuem necessidades especiais.
- A entidade também conseguiu manter as chapas de diretor e diretor adjunto, onde a tipologia permitir o adjunto. (A proposta do Poder Executivo admitia a formação de chapas e candidaturas individuais).
- Serão três mil vagas para capacitação distribuídas nas unidades escolares, o que propiciará que cada escola tenha, no mínimo, quatro concorrentes e no máximo 14.

CONFIRA A TABELA DE REAJUSTE DOS PROFESSORES PARA OUTUBRO DE 2015

PROFESSOR 20H - OUTUBRO DE 2015					
73,79%	Níveis	I	II	III	IV
Classes	Coeficientes	1,00	1,50	1,60	1,65
A	1,00	1415,13	2122,70	2264,21	2334,96
B	1,15	1627,40	2441,10	2603,84	2685,21
C	1,32	1867,97	2801,96	2988,75	3082,15
D	1,38	1952,88	2929,32	3124,61	3222,25
E	1,44	2037,79	3056,68	3260,46	3362,35
F	1,50	2122,70	3184,04	3396,31	3502,45
G	1,55	2193,45	3290,18	3509,52	3619,19
H	1,61	2278,36	3417,54	3645,37	3759,29

PROFESSOR 40H - OUTUBRO DE 2015					
	Níveis	I	II	III	IV
Classes	Coeficientes	1,00	1,50	1,60	1,65
A	1,00	2830,26	4245,39	4528,42	4669,93
B	1,15	3254,80	4882,20	5207,68	5370,42
C	1,32	3735,94	5603,91	5977,51	6164,31
D	1,38	3905,76	5858,64	6249,21	6444,50
E	1,44	4075,57	6113,36	6520,92	6724,70
F	1,50	4245,39	6368,09	6792,62	7004,89
G	1,55	4386,90	6580,35	7019,04	7238,39
H	1,61	4556,72	6835,08	7290,75	7518,59

ESPECIALISTA 30H - OUTUBRO DE 2015					
2122,70	Níveis	I	II	III	
Classes	Coeficientes	1,50	1,60	1,65	
A	1,00	3184,05	3396,32	3502,46	
B	1,15	3661,66	3905,77	4027,82	
C	1,32	4202,95	4483,14	4623,24	
D	1,38	4393,99	4686,92	4833,39	
E	1,44	4585,03	4890,70	5043,54	
F	1,50	4776,08	5094,48	5253,68	
G	1,55	4935,28	5264,30	5428,81	
H	1,61	5126,32	5468,08	5638,95	

ESPECIALISTA 36H - OUTUBRO DE 2015					
	Níveis	I	II	III	
Classes	Coeficientes	1,00	1,10	1,15	
A	1,00	4245,39	4528,42	4669,93	
B	1,15	4882,20	5207,68	5370,42	
C	1,32	5603,91	5977,51	6164,31	
D	1,38	5858,64	6249,21	6444,50	
E	1,44	6113,36	6520,92	6724,70	
F	1,50	6368,09	6792,62	7004,89	
G	1,55	6580,35	7019,04	7238,39	
H	1,61	6835,08	7290,75	7518,59	

//expediente

Presidente: Roberto Magno Botareli Cesar; Vice-presidente: Sueli Veiga Melo; Secretária-Geral: Deumeires Batista de Souza Rodrigues de Moraes; Secretário Adjunto: Marcos Antonio Paz Daz Silveira; Secretário de Finanças: Jaime Teixeira (Licenciado); Sec. Adjunto de Finanças: José Remígio Perecin; Sec. de Formação Sindical: Joaquim Donizete de Matos; Sec. para Assuntos Jurídicos: Amarildo do Prado; Sec. de Assuntos Educacionais: Joscemir Josmar Moresco; Sec. dos Func. Administrativos: Wilds Ovando Pereira; Sec. de Comunicação: Ademir Cerri; Sec. de Administração e Patrimônio: Paulo Antonio dos Santos; Sec. de Política Municipal: Ademir Plácido da Rosa; Sec. de Políticas Sociais: Iara Gutierrez Cuellar; Sec. dos Aposentados e Assuntos Previdenciários: José Felix Filho; Sec. dos Espec. em Ed. e Coordenadores Pedagógicos: Sebastião Serafim Garcia; Sec. de Relações de Gênero: Cristiane de Fátima Pinheiro; Sec. de Combate ao Racismo: Maria Laura Castro dos Santos; Sec. da Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação: Maria Ildonei de Lima Pedra; Departamento dos Trabalhadores na Educação no Campo: Leuslania Cruz de Matos; Suplente 1: Nilson Francisco da Silva; Suplente 2: Rejane Eurides Sichinel Silva; Suplente 3: Idelcídes Gutierrez Denguê; Suplente 4: Elizabeth Raimunda da Silva Sagarini; Suplente 5: Ivarlete Pinheiro; Suplente 6: Maria Suely Lima da Rocha; Vice-presidentes regionais: Amambá: Olga Tobias Mariano e Valério Lopes; Aquidauana: Jefersom de Pádua Melo e José de Ávila Ferraz; Campo Grande: Paulo Cesar Lima e Renato Pires de Paula; Corumbá: Luizio Wilson Espinosa e Antonio Celso M. dos Santos; Coxim: Thereza Cristina Ferreira Pedro e Onivan de Lima Correia; Dourados: Anderci Silva e Apolinário Candado; Fátima do Sul: Maria Jorge Leite da Silva e Nilsa Maria Bolsanelo Sales; Jardim: Ludemar Solis Nazareth Azambuja e Sandra Luiza da Silva; Naviraí: Valdecir Roberto Mandalho e Margareti Macena de Lima; Nova Andradina: Edson Granato e Izabel Silveira da Rosa; Paranaíba: Tânia Mara de Moraes Silva e Tânia Aparecida da Silva Marques; Ponta Porã: Joel Aparecido Barbosa Pereira e Luiz Carlos Marques Valejo; Tacuru: Jandir Carlos Dallabrida e Elizeu Gomes da Silva; Três Lagoas: Maria Aparecida Diogo e Maria Inês Anselmo Costa. Jornalista Responsável: Karina Vilasboas e Azael Júnior. Programação visual: Iris Comunicação Integrada.